

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

<b>Protocolos nº</b>	<b>2097/2021</b>
<b>Referência:</b>	<b>Inexigibilidade de Licitação nº 05/2021</b>

**DELIBERAÇÃO DE RECURSO - Nº 02/2021**

Compulsando os autos, verifica-se que tratam-se de razões interpostas pelo Sr. HELCIO KRONBERG LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL – CNPJ nº 10.722.603/0001-50, o qual irressignou-se quanto à sua declaração e sua inabilitação já que durante a fase correspondente, este participante não apresentou “extrato da publicação que comprove a realização do leilão...”.

Considerando isso, apresentou recurso, o qual ressalta-se TEMPESTIVO.

Quanto à sua tempestividade, motiva o seu recebimento.

Porém, quanto às suas razões recursais, tais não merecem prosperar, explico:

Verifica-se que no Item 4 do Edital do certame, encontram-se descritos os seguintes itens, nos quais o participante precisa preencher a fim de alcançar a habitação, dentre os quais grifo o pertinente:

**4) DOS DOCUMENTOS PARA O CREDENCIAMENTO**

Para credenciamento, o interessado deve entregar ao Protocolo Central do Município, destinado à CPL, envelope fechado contendo o nome do credenciando e o número do edital, possibilitando à identificação necessária do leiloeiro, com os documentos abaixo indicados:

(...)

**4.2. DOCUMENTOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado que comprove (m) ter o requerente executado de forma satisfatória eventos similares (leilões empresariais e/ou judiciais, extrajudiciais de bens móveis).
- O (s) atestado (s) deverá (ão) conter a identificação e assinatura do signatário, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante, e estar instruído com cópia (s) do (s) extrato (s) da (s) publicação (co)s que comprove (m) a realização do(s) leilão (ões).

(...)

Importa ressaltar, que no momento da análise do Envelope com os documentos de Habilitação, o irressignado não apresentou documento hábil, a fim de demonstrar que já realizou algum leilão para pessoa jurídica de DIREITO PÚBLICO, já que as formalidades e princípios que regem as



PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAÚ  
ESTADO DO PARANÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

relações com esta natureza jurídica, são deveras diferentes daquelas relações tidas com pessoas jurídicas de direito privado.

Ademais, como é cediço, o instrumento convocatório e seu Princípio da Vinculação, são fontes jurídicas entre as partes, de forma que o descumprimento delas embasam a inaptidão que se reconheceu naquele momento pela CPL, visando assim o Princípio da Legalidade, quando da conferência dos requisitos obrigatórios que o participante deveria apresentar para ser habilitado no certame.

Outrossim, embora o recorrente eleve o Princípio da Isonomia, bem como, mencione que cabia à CPL realizar diligências no sentido de apurar a veracidade do documento de fls. 86, cumpre-nos discordar de tal assertiva, já que tal princípio, obriga a Administração Pública a tratar todos com igualdade, proporcionando-lhes paridade de armas e peso na balança da participação na busca da competitividade das praças licitatórias.

Doravante, os demais habilitados e concorrentes, apresentaram o documento que o irresignado não apresentou e ora recorre, cabendo a ele apresentar todos os descritos no certame, e não esperar que tais diligências, a fim de suprir faltas que estavam ao alcance do participante cumprir, sejam feitas pela CPL, pois se o fizéssemos a ele teríamos de ter trabalhado em função dos demais desabilitados do mesmo certame, dando-lhes as mesmas oportunidades.

Por isso, novamente, não assiste razão ao recorrente.

Todavia, o parecer pela ratificação da inabilitação do recorrente dever ser submetido à autoridade que determinou a abertura do processo licitatório, já que esta comissão no dever de suas atribuições e demonstrando a sua seriedade seguindo os trâmites legais, o processo está seguindo seu curso normal dentro dos prazos recursais e em nenhum momento transgredindo as normas legais, sendo transparente em todos os seus atos.

Considerando artigo 109 da Lei nº 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;

[...];

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Finalmente as considerações desta comissão, com a imprescindível motivação, é para se manter a **INABILITAÇÃO** do recorrente, considerando que a documentação juntada posterior a data de abertura é irrelevante, pois a mesma era exigível para habilitação.

Ante o exposto, em cumprimento do artigo 109, §4º da Lei de Licitações nº 8666/93, segue o recurso para a apreciação e decisão final da Ilustre Prefeita Municipal.

Imbau, 26 de abril de 2021.



**MABILY D. FRANCISCO LEAL**  
Presidente da Comissão de Licitação  
Decreto nº 081/2021



**WILLIAN IANZ CUNHA**  
Membro



**JEAN MAURICIO S. PAES**  
Secretário



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBAU**  
**ESTADO DO PARANÁ**  
**GABINETE DA PREFEITA**

<b>PROTOCOLO Nº</b>	<b>2097/2021</b>
<b>INTERESSADO:</b>	<b>HELICIO KRONBERG LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL</b>
<b>CNPJ Nº:</b>	<b>10.722.603/0001-50</b>

**DECISÃO Nº 02/2021**

Vistos e examinados os autos;

Considerando a deliberação da Comissão Permanente de Licitação (CPL), entendo por bem acompanhar tal entendimento, mantendo a decisão por seus próprios fundamentos.

Tendo em vista, que no momento oportuno da fase de habilitação das participante, o mesma não apresentou o extrato de publicação de Leilão por ele realizado.

Além dos argumentos explanados pela CPL, atente-se o interessado que Publicação dos atos administrativos são é a característica que os tornam eficazes, portanto, a consubstanciação e eficácia de sua capacidade técnica é por nós verificada, por meio desse aspecto exigido no documento no instrumento vinculativo do certame.

Diante disso, DECIDO por manter a **INABILITAÇÃO** do interessado **HELICIO KRONBERG LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL**, na Inexigibilidade de Licitação nº 05/2021 – Chamada Pública nº 01/2021.

Portanto, dê-se ciência à empresa.

Publique-se para que surtam os efeitos legais.

Imbau, 26 de abril de 2021.

  
**DAYANE RODRIGUES SOVINSKI**  
Prefeita Municipal